

# *Economista - Brasil* **Economista da UnB** 17 MAI 1984 JORNAL DE BRASÍLIA **anuncia nova crise**

A Política Econômica do governo na Nova República vem sendo desenvolvida sem diagnóstico preciso, na mesma estrutura e com o mesmo modelo adotado na época do milagre econômico e durante a crise subsequente, trará aumento da carga tributária e da dívida externa e os principais pagadores das dívidas nacionais continuarão sendo os trabalhadores brasileiros. As conclusões são do catedrático da Universidade de Brasília, economista Lauro Campos, expressas em debate promovido pelo núcleo Mário Pedrosa, do Partido dos Trabalhadores, na noite de quarta-feira. No Clube do Congresso, do qual participou também o deputado federal Eduardo Suplicy (PT-SP).

No debate, que contou com a presença de cerca de 100 pessoas, os dois economistas criticaram as posições defendidas pelo ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, em recente visita ao Congresso Nacional. Lauro Campos acentuou a forte tendência do governo de endividar ainda mais o País, além de se alinhar à política do Fundo Monetário Internacional. A ênfase do pronunciamento de Dornelles, segundo Suplicy, foi a de fornecer garantias aos empresários, proprietários dos meios de produção, da mesma forma como se preocupava em fazer a Velha República.

Segundo o professor da UnB, que defende o não pagamento da dívida externa, os juros da dívida pública e os da dívida externa, somados ao pagamento de parcela do principal (a dívida em si) equivalem a 20% do Produto Interno Bruto brasileiro. As medidas propostas pelo governo para fazer frente a esses gastos têm como pressuposto o aumento da carga tributária, "o aumento da parte do Leão", nas palavras do professor. "Sempre, em toda a história do capitalismo, a vida pública é paga por uma classe social, a classe trabalhadora".

As taxas de inflação estão sendo mantidas um pouco mais baixas com a adoção da política de controle de preços e de subsídios. O professor Lauro Campos prevê que daqui a dois ou três meses, haverá uma espécie de disparada da inflação, pois as medidas atuais, contraditórias, não funcionam. Segundo ele, o governo caminha sem um diagnóstico preciso da realidade econômica e tem dado passos no escuro. Por outro lado, se aprofundarmos a análise crítica — afirma o professor — verificaremos que a estrutura que aí está é a mesma do milagre econômico, baseada no fortalecimento da economia no setor de bens voltados a classes consumistas. "O modelo continuará aprofundando a estrutura excludente, antisocial". Se Tancredo

Neves não tivesse morrido por motivos médicos, ironizou o professor, não poderia resistir muito tempo aos frutos da política monetarista e fiscalista em curso.

O governo, denuncia Lauro Campos, não consegue arranjar dinheiro para implementar efetivamente os programas sociais — "que na verdade não existem", apenas houve realocação de Cr\$ 7 trilhões previstos em diversos orçamentos — mas conseguiu Cr\$ 1 trilhão para aplicar no Sul Brasileiro, sem que tivesse sido alterada a realidade na qual o Banco contraiu esse débito fantástico, em poucos anos.

Ao nível internacional e nacional, armou-se uma espécie de guarda-chuva para o sistema financeiro. E a Nova República corrobora esta política, segundo Lauro Campos. Para o professor de economia, as medidas conflitivas, contraditórias, tomadas hoje, já eram previsíveis durante a campanha de Tancredo Neves à presidência da República, que divide em dois momentos.

No primeiro momento, comenta o professor, o PMDB, a Frente Liberal e as outras forças que possibilitaram a vitória eleitoral do presidente falecido apresentaram pontos de compromisso democráticos e populares. Num segundo momento, após a vitória eleitoral assegurada, houve uma mudança em relação a esses compromissos. A principal preocupação de Tancredo na segunda fase de sua campanha era a de garantir a posse, sempre problemática no País, e que não se limita ao ato formal da investidura na presidência, mas da criação de uma situação, de garantia para o exercício do poder, de fato.

— Tancredo Neves trocou a dignidade pela posse, afirma Lauro Campos. Cedeu demais aos militares, que temiam que ocorresse no País processos semelhantes ao da Argentina. "É difícil dizer isso de alguém que já está morto. Mas se Tancredo estivesse vivo, a ele faria oposição. Votaria nele se participasse do Colégio Eleitoral, mas a ele faria oposição" — acentua.

— Com a eleição direta, o poder do presidente seria maior e haveria inclusive a possibilidade do julgamento das ações criminosas dos governos anteriores, o que os reacionários chamam de revanchismo". Na eleição brasileira, as forças que garantiram a vitória eleitoral não são as mesmas que determinam a posse, completa o professor, para quem é preciso que os investimentos sejam voltados ao trabalhador coletivo brasileiro, que deve alcançar mobilização suficiente e abraçar para si a organização da produção, o poder político."